



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TRANSPORTE E SISTEMA VIÁRIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE, NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 18ª LEGISLATURA.

Às 13h43min do dia 29/11/18, no Plenário Helvécio Arantes, sob a presidência do vereador Jair Di Gregório e com a presença dos vereadores Fernando Luiz, Wesley Autoescola e Elvis Côrtes, reuniu-se a Comissão de Desenvolvimento Econômico, Transporte e Sistema Viário da Câmara Municipal de Belo Horizonte - CMBH. Havendo quórum, o presidente declarou abertos os trabalhos. Da ORDEM DOS TRABALHOS, constou: I - Aprovação de atas: não tendo recebido impugnação das atas da 5ª Reunião Extraordinária e da 40ª Reunião Ordinária, realizadas, respectivamente, em 8 e 22/11/18, o presidente comunicou sua aprovação, nos termos regimentais. II - Discussão e votação: EM TURNO ÚNICO: 1) Requerimento de Comissão nº 1.193/18, de autoria do vereador Wesley Autoescola, destinado ao presidente da Empresa de Transporte e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTrans, com a finalidade de “obter informações sobre o número e o valor das multas aplicadas às empresas concessionárias do transporte coletivo do município de Belo Horizonte, pela ausência do cobrador, em descumprimento à Lei nº 10.526/12 e ao Decreto 14.997/12, desde o início de sua vigência até dos dias atuais.” Discutiu o requerimento de comissão o vereador Jair Di Gregório, que solicitou que o mesmo fosse apresentado em nome de todos os membros da comissão. O vereador Elvis Côrtes apresentou justificativa para suas ausências nas últimas reuniões. Solicitou ao presidente que apresentasse, em nome da comissão, esclarecimentos nas redes sociais sobre a participação de membros da comissão nas assinaturas para uma Comissão



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Parlamentar de Inquérito – CPI – para auditoria da BHTrans. O vereador Jair Di Gregório registrou o compromisso estabelecido com o prefeito, de que, caso a auditoria do transporte público realizada pelo poder Executivo, a ser apreciada pela Comissão Especial de Estudo de Auditoria do Transporte Público, não atenda às expectativas da população, se abra uma CPI diretamente pelos vereadores. O vereador Fernando Luiz apresentou reportagem sobre visita técnica da comissão à Estação Barreiro, destacando dela a fala do funcionário BHTrans Jaderis Araújo, que informa ser comum haver ônibus circulando sem agente de bordo em dias úteis. Leu trechos da Lei Municipal nº 8.224/01, que trata do tema. Propôs que seja alterada a lei, para fixação do horário noturno, quando é dispensada a presença de agentes de bordo e informou que irá apresentar emenda com este teor a projeto de lei em tramitação. Leu a íntegra da proposição que pretende apresentar e convidou os demais vereadores a assinarem-na. Leu matéria do jornal Estado de Minas relacionadas ao recolhimento de ônibus na Estação Barreiro por estarem circulando sem agentes de bordo, ressaltou nela as informações de que “de janeiro a outubro de 2018 foram realizadas 7.973 autuações às concessionárias por ausência de agentes de bordo nos veículos” e de que o “valor da multa é de R\$656,68”. Dirigindo-se ao vereador Wesley Autoescola, informou ter apresentado requerimento de comissão acrescentando, além do solicitado por ele, pedidos de informação sobre a) quantas dessas autuações foram convertidas em multas e b) dessas, quantas já foram quitadas. O vereador Jair Di Gregório que fosse feita indicação para a BHTrans, para que seja aumentada o valor da multa para as concessionárias que não cumprem com suas obrigações. Relatou denúncias de tentativas de ocultamento de irregularidades em visita técnica à Estação Barreiro. Posto em votação, o Requerimento de Comissão nº 1.193/18 foi rejeitado, por unanimidade. 2) Requerimento de Comissão nº 1.194/18, de autoria dos vereadores Carlos Henrique, Jair



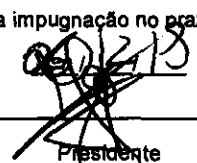
CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

Di Gregório e Wesley Autoescola, destinado ao Ministério Público Estadual de Minas Gerais – MPMG, com a finalidade de “Obter informações sobre a existência de processo ou procedimento referente ao descumprimento das Leis 8.224/01 e 10.526/12 e Decreto 14.997/12, que versam sobre a obrigatoriedade da presença dos cobradores nos veículos do serviço de transporte coletivo convencional de passageiros por ônibus do município de Belo Horizonte.” Discutiram o requerimento de comissão os vereadores Fernando Luiz e Jair Di Gregório. Posto em votação, o requerimento de comissão foi aprovado, por unanimidade. 3) Requerimento de Comissão nº 1.195/18, de autoria do vereador Edmar Branco que solicita realização de visita técnica com a finalidade de “verificar as condições em que se encontra a rua no trecho do cruzamento das vias e quais intervenções podem ser feitas para melhorar o trânsito na Rua Dom Aquino, esquina com a Rua Doutora Mariza e Rua Padre Argemiro Moreira, no Bairro Beira Linha”, em 12/12/18, às 9h30. O presidente propôs alteração da data para dia 10/12/12. Posto em votação, o requerimento de comissão foi aprovado, por unanimidade, com alteração da data. 4) Requerimento de Comissão nº 1225/18, de autoria do vereador Irlan Melo que solicita realização de visita técnica com a finalidade de “avaliar as condições de trânsito da Rua Úrsula Paulino, na altura do número 1409, em frente ao Supermercado BH” Discutiu o requerimento de comissão o vereador Jair Di Gregório. Posto em votação, o requerimento de comissão foi rejeitado, por unanimidade. 5) Requerimento de Comissão nº 1216/18, de autoria dos vereadores Elvis Côrtes, Fernando Luiz, Jair Di Gregório e Wesley Autoescola, destinado ao presidente da BHTrans, com a finalidade de “informar o número e o valor das multas aplicadas às empresas concessionárias do transporte coletivo do município de Belo Horizonte, pela ausência do cobrador, em descumprimento à Lei 10.526/12 e ao Decreto 14.997/12, desde o início de sua vigência até os dias atuais; informar a quantidade de



CÂMARA MUNICIPAL DE BELO HORIZONTE

autuações aplicadas no ano corrente às concessionárias de serviços públicos de transporte coletivo de passageiros em Belo Horizonte, em descumprimento da Lei 8.224/01, por infração de trânsito decorrente da ausência do agente de bordo nos coletivos que circulam em dias úteis no período diurno na capital; informar quantas dessas autuações foram convertidas em multas e quantas multas foram efetivamente quitadas; disponibilizar cópia dos comprovantes de quitação das multas mencionadas acima”. Discutiu o requerimento de comissão o vereador Elvis Côrtes. Posto em votação, o requerimento de comissão foi aprovado, por unanimidade. EM PRIMEIRO TURNO: 6) Projeto de Lei 634/18 - “Altera a permissividade de uso da Rua Conselheiro Quintiliano Silva”. Autoria: vereador Wendel Mesquita. Aprovado, por unanimidade, o parecer do relator, vereador Fernando Luiz, pela rejeição. Nada mais havendo a ser tratado, o presidente declarou encerrados os trabalhos às 14h24min. Para constar, lavrou-se esta ata, que será assinada pelo presidente da reunião em que for comunicada sua aprovação, conforme previsão regimental, ou pelo presidente desta reunião.

<p align="center">ATA APROVADA</p> <p align="center">(art. 71- §§ 1º e 2º - Regimento Interno)</p> <p align="center">distribuída em avulso, no dia <u>03/12/18</u>, não foi apresentada impugnação no prazo regimental.</p> <p align="center"> _____ Presidente</p>
